FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 28/08/2024 - 05:59

Governo quer propor taxação de big techs ainda neste ano

Fazenda quer enviar neste semestre proposta de taxação de big techs

Medida pode render entre R$ 4 bilhões a R$ 5 bilhões ao ano, segundo cálculo de assessor de Haddad

Adriana Fernandes

SÃO PAULO E BRASÍLIA O Ministério da Fazenda trabalha para propor ao Congresso ainda neste segundo semestre a taxação dos gigantes da tecnologia —as chamadas big techs.

A proposta não está relacionada à elaboração do Ploa (Projeto de Lei Orçamentária) de 2025, que será encaminhado ao Legislativo na sexta-feira (30) pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Mas, se a taxação for aprovada ainda em 2024, pode ajudar a compor as receitas do governo no ano que vem. Nesse cenário, a Fazenda não espera mais do que R$ 4 bilhões a R$ 5 bilhões em arrecadação adicional, de acordo com um auxiliar do ministro Fernando Haddad.

O foco dessa agenda é a recomposição da base tributária do governo federal para 2026, movimento que está em curso desde o primeiro ano do governo Lula.

Uma opção em análise, que tem a preferência da Receita Federal, é fazer a taxação por meio da Cide (Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico), não necessariamente pelo Imposto de Renda, de acordo com um integrante da área econômica que participa da elaboração da proposta.

A tributação das big techs está alinhada com a tendência internacional e em discussão na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Entre as big techs, estão Meta (dona de Facebook, Instagram e WhatsApp), Google e Amazon.

Essas companhias alegam que já são tributadas no Brasil. Um exemplo é nos contratos de publicidade que fecham com as empresas instaladas no país.

Mas a Fazenda avalia, por exemplo, que a publicidade de uma empresa chinesa ou alemã, que incide sobre a população brasileira e gera receitas, porque as compras estão sendo feitas no Brasil, não é computada.

A avaliação técnica é que, do ponto de vista econômico, essa é uma taxação mais relevante do que os contratos nacionais de publicidade. É sobre ela que deverá incidir a tributação adicional.

A área econômica trata o tema com cautela para que a medida não se misture nem seja usada para embates políticos com a oposição bolsonarista.

Estudo do Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias da UnB (Universidade de Brasília) feito para a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), como mostrou a **Folha**, aponta que as empresas digitais com subsidiárias no Brasil têm encontrado instrumentos jurídicos para driblar a tributação do Imposto de Renda e outros tributos, além de possíveis mecanismos de planejamento tributário concentrarem os lucros extraordinários nas sedes ou em países com baixa tributação.

Ao mesmo tempo que a equipe econômica conclui o Ploa de 2025, técnicos da Fazenda já estão concentrados nas medidas que serão apresentadas depois do projeto de Orçamento, o que deve incluir a regulamentação no Brasil do imposto mínimo global.

A proposta do imposto mínimo global, que prevê a cobrança de uma alíquota efetiva de 15% sobre o lucro das multinacionais, também está em fase avançada. O envio do projeto, porém, pode ficar mais para o fim do ano, segundo auxiliares do ministro.

O governo quer aprovar a medida até o fim de 2024 para começar a cobrança em 2025. O imposto global já entrou em vigor em janeiro deste ano na União Europeia, no Reino Unido e em outras grandes economias.

As discussões em torno da proposta de reforma tributária da renda também avançaram na área técnica, mas o timing do seu envio ao Congresso não está certo e depende do presidente Lula.

A reforma da renda é uma discussão mais ampla, que envolve a volta da taxação dos dividendos e um novo modelo de contribuição sobre a folha de pagamentos das empresas. Mesmo que seja enviada ainda em 2024, não se espera a sua aprovação até o final do ano.

Na semana passada, Haddad descartou a possibilidade de a reforma dos impostos que incidem sobre a renda ser usada para fechar as contas do Orçamento de 2025. Segundo o ministro, ela será neutra. "Qualquer acréscimo que no futuro venha a acontecer do imposto sobre a renda, ele vai ser compensado com a redução do imposto ao consumo", afirmou.

Haddad disse que é muito provável que ela chegue ao Congresso neste ano. "Eu diria que seguramente nos próximos 60 dias, se o presidente entender que pode antecipar", afirmou Haddad. Para ele, a discussão estará amadurecida dentro do governo.

Para o Ploa, o governo vai enviar um projeto de lei com o aumento da alíquota da CSLL (Contribuição Social sobre Lucros e Dividendos) e do JCP (Juros sobre Capital Próprio).

Os aumentos estarão condicionados e serão levados adiante caso haja frustração nas receitas com as medidas aprovadas pelo Senado para compensar a desoneração da folha de empresas de 17 setores e de municípios.

Apesar de essas duas medidas terem sido rejeitadas nas negociações do Senado do projeto de desoneração, o Ministério da Fazenda acredita que tem chances de serem aprovadas em projeto separado.

A área econômica também vai apresentar ao presidente Lula um novo conjunto de medidas de cortes de despesas para 2025. Se o presidente Lula der aval para o envio de medidas de corte de despesa ao Congresso até o final do ano, elas poderão ajudar o Orçamento de 2025.

Para o ano que vem, o governo vai prever no Ploa um corte de R$ 25,9 bilhões de despesas obrigatórias. A medida já foi anunciada pelo governo e será detalhada nesta quarta-feira (28) pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda); foco de taxação é recompor base tributária de 2026 Diogo Zacarias - 22.ago.24/Divulgação Fazenda

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** P **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.